
O Barão do Rio Branco e a Geografia

Antonio Carlos Robert Moraes



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1546>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.1546

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrónica

Antonio Carlos Robert Moraes, « O Barão do Rio Branco e a Geografia », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 5 | 2015, posto online no dia 17 dezembro 2015, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1546> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1546

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 novembro 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

O Barão do Rio Branco e a Geografia

Antonio Carlos Robert Moraes

NOTA DO EDITOR

O texto de nosso querido Tônico que o leitor agora tem contato não chega a ser inédito, embora, para a grande parte dos geógrafos, provavelmente o seja. “O Barão de Rio Branco e a Geografia” revela um profundo interesse que Tônico sempre teve pela personagem desse “geógrafo refinado”, como ele diz nas páginas que se seguem. E isso desde meu primeiro contato com ele, como aluno que era da graduação em geografia na USP – isso lá pelo início dos anos de 1990. Preparado para eventos – alguns dos quais abortados – visando a homenagear os 100 anos do falecimento do Barão (em 2012), este ensaio foi, de fato, uma única vez publicado, no mesmo ano, pela Fundação Alexandre de Gusmão, em uma coletânea chamada “Barão do Rio Branco – 100 anos de memória”. Para quem conhece o estilo do Tônico, este texto soa como preliminar, muitas vezes tendo o sabor de um estudo para uma exposição oral – como de fato foi apresentado. Vindo à luz este texto para um público mais afeito à história da geografia (e não ao mundo diplomático), permiti-me arrogar a revisá-lo, após passar por algumas mínimas alterações – ou correções – que ousei fazer, sanando algumas imprecisões de um mestre que escrevia praticamente de cor (de sua mente saíam fontes e referências já solidificadas e prontas...), para o que necessitei adequar algumas citações ou, literalmente, ir atrás de outras. Há uma particularidade sobre este texto que vale a pena contar: Tônico me enviou o escrito sobre o Barão em maio de 2013 para que discutíssemos um dia, pois ele mesmo sabia do seu caráter inacabado. Nunca, pudemos infelizmente, conversar sobre o Barão...

Deixo aqui meu agradecimento ao Martim, filho mais velho do Tônico, e à Fundação Alexandre de Gusmão.

Boa leitura a todos nós,

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

- 1 Para bem diferenciar o enquadramento do objeto de investigação e o entendimento do discurso acerca desse objeto, os historiadores utilizam os termos *história* e *historiografia*.

A geografia não opera com uma distinção semelhante, nomeando os dois universos com o mesmo vocábulo (Escolar, 1996).¹ Assim, utiliza-se o termo geografia para designar a manifestação de fenômenos na superfície terrestre e a materialidade daí resultante. Mas o vocábulo também é utilizado para qualificar as representações criadas acerca dessas relações e dessa materialidade. Tem-se, portanto, a palavra *geografia* designando o fato e o discurso. A pertinência deste comentário ancora-se na dificuldade de – num breve texto – abarcar as possibilidades analíticas postas pelo tema das relações do barão do Rio Branco com a geografia. E a dificuldade advém de sua forte atuação nos dois universos mencionados, e – mais ainda – relacionando-os de uma forma exemplar.

- 2 Pode-se analisar o legado do barão do Rio Branco, numa ótica da geografia política, como um importante definidor das fronteiras estatais na América do Sul, logo como um construtor prático de territórios. Mas pode-se também analisá-lo, do ponto de vista da história da ciência, como um refinado geógrafo, um interprete da formação territorial do Brasil. E, em sua atuação, os dois planos se interpenetram, pois o conhecimento disciplinar foi em muito mobilizado na atividade diplomática, o que abre outro campo de investigação. Só o uso da cartografia como instrumento político de negociação já propiciaria uma pesquisa de monta.² Aqui vamos tentar algumas aproximações, nos restringindo ao campo disciplinar, o que nos coloca numa abordagem que privilegia a atividade mais “acadêmica” de José Maria da Silva Paranhos Junior.
- 3 Com certeza a obra na qual as concepções de geografia do autor conhecem sua melhor explicitação é no verbete sobre o Brasil, organizado por Émile Levasseur (mas claramente estruturada e redigida também por Rio Branco) para a *Grande Encyclopédie*, o qual conhece uma edição específica, intitulada *Le Brésil*, publicada em Paris em 1889 pela editora H. Lamirault.³ Contribuíram para esse texto um grupo de eminentes pensadores: E. Trouessart, doutor em medicina; Paul Maury, do Museu de História Natural; Zaborowski, “antigo secretário da Sociedade de Antropologia de Paris”; Henri Gorceix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto; J. C. de Almeida-Arêas, barão de Ourém, ministro plenipotenciário do Brasil em Londres; Eduardo Prado, “jornalista e homem de letras”; e o barão do Rio Branco, “oficial da *Legion d’Honneur*, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e antigo deputado”. Apesar do concurso de todos estes colaboradores, a maior parte do volume foi escrita pelo barão, por Levasseur, ou pelos dois juntos.⁴ Tal parceria merece alguns comentários.
- 4 A figura de Émile Levasseur (1828-1911) ficou um pouco ofuscada na história da geografia francesa pelo destaque dado a Paul Vidal de la Blache, ao qual se atribuiu a paternidade incontestada da “escola possibilista”. Na verdade, a construção de tal perspectiva – que reformula a geografia universitária na França da Terceira República – remonta a estes dois autores, dotados de especialidades diferentes e complementares: La Blache vinha do campo da história, e Levasseur era professor de economia e estatística (Claval; Nardy, 1968).⁵ Ambos já eram autores reconhecidos e estabelecidos quando foram recrutados para a tarefa de organizar o conhecimento geográfico francês em um sistema moderno (logo, em moldes científicos e pedagógicos). Levasseur, ex-aluno da École Normale Supérieure, era membro da Académie des Sciences Morales et Politiques, e desde 1872, professor do Collège de France, com vasta obra publicada. Foi ele o responsável pela nova organização do ensino básico da geografia no país, e o forte inspirador da geografia econômica ali praticada, além de um grande organizador das estatísticas francesas (notadamente, as referentes a emprego e demografia, assunto de alguns de seus principais livros).⁶

- 5 O parceiro do barão do Rio Branco nesse volume era, portanto, um dos mais importantes e consagrados geógrafos da França no último quartel do século XIX, tendo ocupado a presidência da Sociedade Francesa de Economia Política e a presidência honorária da Sociedade Francesa de Geografia (Brunhes, 1911).⁷ O simples fato de dividirem uma publicação já seria digno de nota, contudo a coautoria de várias partes do texto parece revelar uma relação pessoal e acadêmica mais sólida, construída possivelmente na convivência do grupo que se reunia em Paris no “salão” de Eduardo Prado na Rue de Rivoli (Vianna Filho, 1996: 124).⁸ Contudo, o mais importante a assinalar é a afinidade disciplinar demonstrada na cooperação entre os autores no que interessa a matérias e conteúdos que deveriam ser contemplados num estudo geográfico. Nesse sentido, o plano da obra é revelador das concepções partilhadas quanto ao objeto e o método da disciplina.
- 6 Um primeiro ponto a salientar diz respeito à localização da obra no campo disciplinar estrito da geografia, posição peculiar e que pode ser aferida no agrupamento das variadas matérias tratadas em três grandes blocos, intitulados: Geografia Física, Geografia Política, e Geografia Econômica. Tem-se, portanto, no uso do rótulo específico, o entendimento de que uma visualização completa e sintética de um país deva estar ancorada nessa denominação, postura típica das “geografias universais” da época. Feito este apontamento inicial, cabe penetrar na análise dos conteúdos apresentados sob cada rubrica.
- 7 A primeira parte - Geografia Física - executa um enquadramento do território brasileiro em termos de superfície, situação e limites, expondo as coordenadas geográficas de seus pontos limítrofes e fazendo uma detalhada descrição das fronteiras terrestres e da linha de costa do país. Em seguida, apresenta suas divisões no que importa à geomorfologia (“O relevo do solo”), à geologia, à hidrografia (“O regime das águas”) e à climatologia. Pode-se considerar que a caracterização do meio físico realizada é comandada pelas macrounidades geomorfológicas (planaltos, planícies e bacias), que em grande parte são usadas na explicação das demais características naturais enfocadas. Na sequência é apresentado um texto sobre a flora, outro sobre a fauna, e um terceiro sobre a paleontologia do Brasil, os três com uma concepção mais taxonômica do que regional.⁹ E há ainda um capítulo dedicado a “antropologia”, assinado pelo barão do Rio Branco e por Zaborowski, no qual são discutidos os fósseis e as pinturas rupestres descobertos no país (fazendo um balanço da discussão arqueológica acerca da pré-história brasileira), e expondo um quadro das tribos indígenas originais do território (numa perspectiva mais etnográfica, que aborda a língua e a cultura material). O debate sobre as “raças” que compõem a população brasileira, e sobre a questão da “mestiçagem” (Schwarcz, 1993), completa esse capítulo. Um último assunto, também sob a responsabilidade do barão, fecha essa primeira unidade, abordando o tema das “explorações científicas” num capítulo específico, no qual ele avalia os levantamentos efetuados por naturalistas e exploradores brasileiros e estrangeiros ao longo do século XIX.
- 8 A matéria coberta por esta parte demonstra bem o momento ainda de passagem de um modelo de exposição do conhecimento geográfico utilizado desde os finais do século XVIII, e divulgado com o emprego dos rótulos “corologia” e “corografia”, no qual as informações disponíveis eram inventariadas e apresentadas sem um sequenciamento bem justificado teoricamente, para o padrão que se hegemonizaria a partir do início do século XX sob a alcunha de “monografia regional”. Este [padrão] demanda uma teoria

explicativa da dinâmica do meio físico para orientar a disposição das matérias abordadas, a qual estabelece a correlação entre diferentes fenômenos como base de explicação da unidade natural da região (Lencioni, 1999). Na sequência mais convencional de avaliação do meio físico, tem-se a atuação dos paleoclimas sobre a estrutura geológica gerando as formas do relevo, que sob a ação das variações climatológicas constituiriam os tipos de solo, os quais em interação com o clima atual desenvolvem as formações vegetais, que (como ecossistemas) servem de habitat para distintas espécies animais. A organização dos assuntos utilizada no volume em pauta não adotava ainda esse modelo, apesar de contemplar alguns de seus componentes. Vale também salientar que, na distribuição das matérias e na argumentação apresentada no livro, não se nota encaminhamentos que sugiram uma postura de tipo “determinista”, antes se pode identificar elementos epistemológicos próprios do enfoque do “possibilismo”, o que ajuda a afirmar o papel de Levasseur na sistematização dessa escola da geografia (Moraes, 2006).

- 9 A segunda parte do livro, intitulada Geografia Política, traz um subtítulo, “História, Administração, População”, que revela algo da concepção assumida quanto a esse rótulo. O primeiro tópico apontado, objeto do capítulo inicial (redigido por Levasseur e pelo barão), enfoca a ocupação territorial e o povoamento de todos os quadrantes do território da colônia. Ao chegar ao século XIX, se detém na crítica do “sistema federalista”, posto como origem dos principais problemas governamentais vivenciados pelo império,¹⁰ cuja superação – na segunda metade do século – teria aberto um novo ciclo de “progressos” para o país.¹¹ A esse capítulo se segue outro, da lavra de Levasseur, abordando o tema da “emancipação dos escravos”, no qual reafirma a ideia de uma escravidão mais branda no Brasil que no EUA e nas Antilhas, acreditando numa substituição da mão de obra escrava por imigrantes, e elogiando o caráter pacífico da transição ocorrida no país. Conclui que o Treze de Maio “abre uma nova era na história do Brasil”. O capítulo seguinte (escrito por Levasseur, Rio Branco e Ourém) aborda “o governo e a administração”, fornecendo um quadro estatístico do país por suas unidades administrativas (províncias, municípios, vilas e cidades) e discutindo a qualidade das próprias estatísticas nacionais (fazendo críticas notadamente ao censo de 1872).¹² Após comentar a evolução urbana das principais cidades brasileiras, avançam pela discussão das divisões eclesiásticas e judiciárias (paróquias, termos e comarcas), além de comentar o sistema de defesa do país e apresentar o número dos efetivos militares, dos navios de guerra, e dos inscritos na Guarda Nacional. Terminam este capítulo com a exposição da situação financeira do Estado, expondo o orçamento no que tange às despesas e receitas e detendo-se na análise da questão tributária e das dívidas interna e externa. A exposição sobre a legislação vigente, elaborada pelo barão de Ourém no capítulo seguinte, completa o conteúdo de descrição da estrutura estatal do país.¹³
- 10 Os capítulos seguintes voltam-se mais para a demografia e para a vida social brasileira. O de número cinco, escrito por Levasseur, aborda a população total do Império, confrontando as estimativas existentes¹⁴ e examinando o tema da variação da densidade entre a “região costeira” e as zonas interioranas. Retoma o tema da variedade das “raças” (europeus, negros e índios) na composição populacional do Brasil, encerrando esse texto com um quadro de sua distribuição por província. O capítulo que se segue é dedicado inteiramente para a questão da imigração (sendo escrito por Levasseur em parceria com Rio Branco). Neste, a história das experiências de colonização com colonos estrangeiros ao longo do século XIX é narrada, assim como

são apresentadas as estatísticas da quantidade de imigrantes desembarcados nos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Uma informação sobre as companhias e as sociedades de fomento da imigração fecha o texto, que termina elogiando a assimilação destes colonos na sociedade nacional.¹⁵ O capítulo sete, redigido também pelos dois autores, tem por título “A Instrução”, e começa com uma afirmação digna de ser reproduzida: “O Império do Brasil, como todos os Estados civilizados, fez nos últimos vinte anos, sérios esforços para desenvolver a educação” (Levasseur, *et al*, 1889: 53). Tal juízo é acompanhado de dados sobre o número de colégios, bibliotecas, escolas técnicas, escolas normais, museus, e dos investimentos no setor. Tecem comentários sobre as principais instituições de promoção do conhecimento, destacando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e terminam noticiando que no “discurso do Trono” do presente ano apareceu a proposta da criação de duas universidades no país. O capítulo seguinte trata da imprensa, e foi redigido por Rio Branco que o assina como “antigo jornalista no Rio de Janeiro”. Depois de expor uma história dos jornais após a independência, e de apresentar um quadro das publicações por províncias, conclui asseverando que no Brasil contemporâneo “a liberdade de imprensa é completa”.

- 11 É interessante assinalar que a postura de ir além das instituições estatais e da prática da administração pública num texto de geografia política constitui um posicionamento avançado numa época onde vigora a concepção do Estado como monopolizador desse campo. Nesse sentido, a análise empreendida por Levasseur e Rio Branco revela sensibilidade para os assuntos da sociedade civil, o que fica ainda mais evidente nos dois últimos capítulos dessa segunda parte do livro. O de número nove, intitulado “Língua e Literatura”, foi redigido por Eduardo Prado, que inicia sua interpretação dizendo: “O português é a língua nacional do Brasil. Ela é, ao lado da religião e da comunidade de origem, um dos fatores da unidade do império” (Levasseur, *et al*, 1889: 57). Em seguida comenta as obras que teriam contribuído significativamente para o conhecimento do país, começando com Aires de Casal e estabelecendo uma seleção controversa na qual as afinidades parecem ter servido como forte critério na escolha dos personagens listados.¹⁶ Finalmente, o último capítulo dessa parte é dedicado às “Belas Artes”, e foi escrito pelo barão, que identifica os autores e obras mais importantes produzidas no Brasil interessando diferentes campos, como a pintura, a escultura, a arquitetura e a música. Nesse percurso comenta desde as telas de Eckhout ou as igrejas coloniais até os pintores contemporâneos como Pedro Américo e Vitor Meireles, passando pela Missão Francesa, pelo Aleijadinho e pelo Mestre Valentim. Volta-se a destacar que incluir estes temas na rubrica “geografia política” significa tomar seu horizonte de preocupação num sentido amplo da política, vista como não restrita apenas ao âmbito governamental e à vida partidária, mas imiscuindo-se no universo da cultura (obviamente levando em conta as hierarquias e as restrições sociais vigentes).
- 12 A terceira parte do volume é dedicada à Geografia Econômica, área de estudo por excelência de Émile Levasseur, que participa da redação (sozinho ou em parceria) de todos os capítulos que a compõem. O primeiro capítulo, que aborda “As regiões agrícolas”, na verdade estabelece uma divisão do território ainda baseada em muito nas macrounidades do relevo e na aptidão natural dos grandes conjuntos regionais para a agricultura, a saber: “região costeira tropical”, “região temperada” meridional, “região de planaltos”, e “região da planície amazônica”. Termina esse texto com um quadro estatístico da produção agrícola das províncias. Os três capítulos seguintes, todos

escritos por Levasseur (como o anterior também), visam fornecer inventários de produtos do “reino vegetal”, do “reino animal”, e do “reino mineral”, num contexto no qual a agricultura ganha destaque em função de seu peso na pauta de exportações. Contudo, no geral, os levantamentos apresentados são bastante detalhados, chegando a listar os recursos pesqueiros (fluviais e marítimos), as águas termais e os depósitos de xisto betuminoso, e mesmo alguns produtos agrícolas pouco difundidos como o chá e a erva mate. Na sequência, o capítulo cinco trata da “indústria”, sendo da lavra de Levasseur e Rio Branco. Após um diagnóstico realista de que a “maioria dos produtos manufaturados vem do exterior” – e de que “a indústria manufatureira é ainda pouco desenvolvida, apesar dos progressos obtidos depois de quarenta anos e os esforços feitos pelo governo para encorajar”¹⁷ – apresentam um quadro por ramo de atividade, salientando os principais empreendimentos: metalurgia, estaleiros, couros, tecidos, bebidas, entre outros. Destacam o papel da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, como interlocutora do governo nas políticas para o setor. O capítulo posterior (que mantém a parceria) toca num tema considerado crucial para a investigação geográfica: “as vias e meios de comunicação”.

- 13 Na literatura geográfica da segunda metade dos Oitocentos, a questão da circulação e das condições de transportes adquire um papel central que permanece ao longo de boa parte do século XX (Sousa Neto, 2012). Assim, não é estranho que os autores do livro em pauta se detenham nesse ponto, analisando minuciosamente os distintos modais praticados no território brasileiro na época. Começam pela navegação fluvial, descrevendo as linhas regulares a vapor existentes na bacia amazônica e do Paraguai. Em seguida, falam da carência de estradas, concluindo que “a maior parte das localidades do império só se comunicam por caminhos”. Contudo, são as malhas ferroviárias que ocupam a maior atenção, com a descrição de cada uma das estradas de ferro em operação e em construção no período, concluindo que “as vias férreas brasileiras não formam uma rede única”, apesar dos esforços governamentais nesse sentido. Na verdade, constituem sistemas provinciais que tem como “cabeça de linha” os grandes portos marítimos. Tal constatação fornece o elã para a apresentação do sistema portuário do país e a exposição da situação de sua marinha mercante e das principais rotas internacionais praticadas. Novamente criticam a qualidade das estatísticas disponíveis. Por fim, apresentam a cronologia da instalação das linhas telegráficas, salientando a operação dos cabos submarinos após 1874. O capítulo seguinte, também redigido pelos dois autores, trata das “Instituições da Previdência e da Assistência Pública”, analisando as confrarias, as irmandades, as Santas Casas, e as caixas de depósito operantes no Brasil. O capítulo oito, assinado por Levasseur, Rio Branco e Ourém, aborda “as medidas, moedas e outros instrumentos de troca”. Depois de apontar a adesão brasileira ao sistema métrico francês (com a lei de 1862) e de expor as divisões da moeda nacional e seu valor de câmbio, concluem que “a massa de papel moeda depreciada há muito tempo e a pequena quantidade de numerário em espécie são um dos lados fracos da situação econômica do Brasil” (Levasseur, *et al*, 1889: 74).¹⁸ Um quadro da rede bancária brasileira e dos investimentos estrangeiros realizados no país completam este texto.
- 14 Os dois últimos capítulos do volume foram redigidos por Levasseur. O de número nove é dedicado ao tema do “Comércio”, historiando o intercâmbio com o exterior desde o período colonial, e detendo-se na pauta de exportações do século XIX. O valor e o destino dos principais produtos (café, açúcar, borracha e tabaco) são apresentados, salientando a relação comercial entre o Brasil e a França. O último capítulo, intitulado

“Resumo do Estado do Brasil”, apresenta uma conclusão sintética de toda a matéria revisada, fazendo um prognóstico da situação do país, altamente positivo quanto ao seu futuro. Em suas palavras: “O Brasil é não somente o Estado da América do Sul que possui o mais vasto território e a população mais numerosa, é também um dos mais florescentes pelo conjunto de sua situação política e econômica e o mais importante por sua riqueza agrícola e pelos números de seu comércio externo”; e adiciona: “O Brasil foi povoado pouco a pouco enquanto era uma colônia portuguesa... Ele se desenvolveu mais rápido no XIX, depois de que se tornou um império autônomo, governado por uma constituição monárquica, parlamentar, e bem liberal, e, principalmente após 1849, época em que cessaram suas guerras internas” (Levasseur, *et al*, 1889: 77).¹⁹ É irônico avaliar que este julgamento foi elaborado no mesmo ano da queda da monarquia, pois o tom adotado não denota nenhuma turbulência no horizonte do governo imperial. Ele aponta que faltam meios de comunicação, e que também carecem de colonos e operários, além disso, o câmbio é desfavorável, mesmo assim, o balanço é positivo quanto ao futuro imediato do país. Uma bibliografia por assunto (bastante erudita),²⁰ e uma nota genealógica sobre a “Casa Imperial do Brasil” (escrita por Rio Branco) e um mapa do território brasileiro na escala 1:18.500.000, encerram o volume.

- 15 O ano de 1889 aparece para o barão do Rio Branco, que havia recebido o título nobiliárquico no ano anterior, como um momento importante de difusão de um árduo trabalho de pesquisa sobre a história e a geografia do Brasil realizado ao longo de décadas em bibliotecas e arquivos brasileiros e europeus. Além do *Le Brésil*, também foi editada na França nesse ano a biografia *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*, assinada por Benjamin Mossé,²¹ mas por ele redigida ou, no mínimo, fortemente revisada ou mesmo reescrita. Se a primeira obra expressava um estilo mais formal e contido, próprio para o público de uma enciclopédia, o presente livro assume um tom claramente propagandístico acerca do império e do monarca, este posto como “um continuador das tradições já então esquecidas, dos príncipes da Renascença” (Mossé, s/d: prefácio).²² Uma visão apologética marca todo o volume, que enaltece a “monarquia parlamentar e liberal” como a forma de governo que garantirá um futuro grandioso para o Brasil, agora que a última mácula colonial – o escravismo – foi ultrapassada. Pode-se considerar que os conteúdos e a base documental utilizadas na obra anteriormente comentada são em grande parte reproduzidas nesse volume, recebendo, porém, uma disposição e um tratamento diferentes do ali praticado. No que importa diretamente à discussão empreendida, dois capítulos merecem destaque: o terceiro, intitulado “Um pouco de Geografia Física e Política do Brasil”, e o de número seis, “Civilização e Progresso”.
- 16 Depois de rápidas alusões à extensão territorial, à variação climática, e a abundância de recursos,²³ o primeiro texto adentra pelo assunto central da exposição: a estrutura política e a ordem pública vigente. O centro da argumentação exposta é que a tarefa básica de D. Pedro II “foi a pacificação do império... acalmar os espíritos indisciplinados e reestabelecer a ordem, sem a qual não há governo possível”. E ele conseguiu isso instalando uma “monarquia constitucional representativa” a partir de uma Constituição “verdadeiramente liberal” (Mossé, s/d: 46/52),²⁴ Esta discussão prossegue no sexto capítulo, que continua com o mesmo tom apologético acerca da “admirável transformação” do Brasil após 1840, quando “um sopro mágico passou sobre o país, dissipando a ignorância das massas populares, a confusão, a desordem, a ruína, consequência da anarquia e da escravidão vergonhosa” (Mossé, s/d: 80).²⁵ Uma ótica claramente geopolítica é explicitada ao afirmar, por exemplo, que os artífices da

independência “haviam desejado construir um Brasil e não Guatemalas ou Costa-Ricas”, e que por tanto “era indispensável construir a unidade do país, e não o deixar estilhaçar-se em satrapias federalistas ou marítimas” (Mossé, s/d: 82-83).²⁶ Também a geografia econômica está bem contemplada no texto em pauta. São apresentados e discutidos os dados de crescimento da receita, do valor da produção (que passa de 125 milhões de francos em 1840 para 1,250 bilhão em 1887), do comércio exterior, da quantidade de ferrovias (que vai de 601 quilômetros em 1867 para 9,2 mil quilômetros em 1888), da extensão das linhas telegráficas (que de 3,5 mil quilômetros ascende para mais 18 mil em 1888), e do número de imigrantes (que cresce de pouco mais de 9 mil em 1870 para 131 mil em 1888) (Mossé, s/d: 86-90).

- 17 De resto, o volume, de mais de trezentas páginas, é dedicado basicamente aos temas da história política do Brasil durante o império, sempre propagandeando os feitos do país e de seu “rei filósofo” (que se confundem). O autor considera o “período das regências... o mais agitado de sua história, o mais perigoso para a vida nacional”, com suas “guerras intestinas” nas quais o “federalismo degenerava em separatismo” (Mossé, s/d: 32/36)²⁷. Após o apaziguamento interno, seguiu-se um período de guerras na bacia do rio da Prata, sempre “contra tiranos” (Mossé, s/d: 92),²⁸ descreve então em detalhe as campanhas contra Rosas e contra Solano Lopes, apresentando a opinião de muitos autores sobre os eventos (sempre justificando a intervenção brasileira).²⁹ Na sequência, pacificadas as zonas fronteiriças, iniciou-se a batalha pela extinção da escravatura, que na verdade vinha se estabelecendo gradualmente desde a lei Eusébio de Queiroz em 1850, passando pela Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei dos Sexagenários em 1885. Uma comparação com a cronologia de ações similares em outros países e, notadamente com as colônias europeias,³⁰ repõe no texto a ótica geopolítica no trato da matéria. As reações internacionais de elogio da abolição total do escravismo no país são resenhadas, detendo-se na opinião pública francesa e descrevendo – num capítulo específico – um banquete realizado em Paris para comemorar a medida.³¹ As reações e críticas a este ato, com vistas a indenizações, também são historiadas e refutadas em seus fundamentos jurídicos de sustentação.³² Enfim, com a emancipação dos cativos, segundo o texto, “o Brasil apresenta-se como sociedade perfeitamente equilibrada”. E conclui, encerrando o volume, que em “23 de julho de 1890, os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande príncipe, celebrarão o jubileu de seu reinado glorioso” (Mossé, s/d: 193/310). Vaticínio irônico em face de uma avaliação posterior.
- 18 Além dos dois livros analisados, o barão do Rio Branco conheceu outra publicação no mesmo ano: trata-se da obra coletiva organizada por Frederico José de Santa-Anna Nery³³ para a Exposição Universal de Paris, intitulada *Le Brésil en 1889*, para a qual ele redigiu o quinto capítulo, “Esboço da História do Brasil”, que teve uma edição francesa em separado no mesmo ano pela Livraria Delagrave (que também editou a coletânea), e outra traduzida para o português em 1894. Tal obra foi encomendada pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris, composto por políticos e intelectuais brasileiros e por empresários franceses com negócios com o Brasil.³⁴ Os colaboradores da publicação, além de Santa-Anna Nery (autor de vários capítulos), foram os seguintes: barão de Teffé, H. Gorceix, barão do Rio Branco, barão de Itajubá, Favilla Nunes, W. MacDowell, L. Cruls, H. Morize, R. de Oliveira, E. Prado, Ladislau Netto, Ferreira de Araújo, Leitão da Cunha, André Rebouças e Alves Barboza. Cabe, antes de tudo, um comentário geral sobre esse trabalho: “*Le Brésil en 1889* pode ser visto... não apenas como uma obra para consumo externo, produzida por um grupo fiel à Monarquia – e subsidiado por ela – para mostrar ao mundo um novo Brasil, próximo

da Europa, monárquico e civilizado, mas também como um produto para consumo interno, como uma defesa da monarquia” (Ferreira; Fernandes; Reis, 2010: 76).³⁵

- 19 É interessante comparar este volume com aquele coordenado por Levasseur. Em primeiro lugar, esse livro é bem mais extenso que o anterior (tendo mais de setecentas páginas), logo podendo ampliar o rol dos assuntos enfocados e aprofundar a análise dos temas tratados. Mesmo assim, a comparação dos sumários mostra uma forte coincidência das matérias abordadas, se bem que na segunda publicação os tópicos são mais autônomos e personalizados, revelando que seus redatores tiveram maior liberdade de opinião que na obra anteriormente analisada (o que redundou numa maior variedade de posições e juízos). Vale mencionar que alguns autores listados participam dos dois volumes, apesar de não trabalharem necessariamente os mesmos assuntos (caso de Eduardo Prado e, em certo sentido, também de Rio Branco e, em menor grau, de Gorceix). O papel desempenhado pela coordenação da obra também foi distinto, com Levasseur (e o barão) influenciando mais diretamente no conteúdo dos capítulos e na articulação entre eles. Em *Le Brésil en 1889* cada capítulo possui maior unidade, com suas conclusões e proposições próprias, o texto de André Rebouças, por exemplo, sobre as “regiões agrícolas” é considerado por alguns comentaristas como a tentativa pioneira de uma regionalização do território brasileiro (Machado, 1995: 333).
- 20 No que importa ao *Esboço da História do Brasil*, o texto do barão apresenta algumas sobreposições e repetições. Várias frases, e às vezes parágrafos inteiros, são retirados dos volumes já resenhadas, não apenas do *Le Brésil*, mas também da biografia de D. Pedro II. Contudo isso não suprime a especificidade do livro, pois enquanto a primeira obra era proposta como um estudo de assumida índole geográfica (isto é, com o foco central na atualidade), e a segunda era uma biografia centrada na história brasileira após a independência (e, notadamente no Segundo Reinado), este livro assumidamente se auto localiza como um trabalho do campo de uma história mais longa. Na verdade, Rio Branco expõe no texto a formação territorial do Brasil desde seus primórdios no início do século XVI. A descoberta e as primeiras explorações e assentamentos são minuciosamente expostos, com muitas descrições geográficas e, várias vezes, corrigindo informações coletadas por Varnhagen. Uma vasta literatura de cronistas coloniais, de cartas jesuítas, de memórias de viajantes, é revisada numa análise que revela grande preocupação com a toponímia e as localizações. Pode-se considerar que uma ótica de constituição do território comanda a narrativa, com os temas do domínio do espaço e do seu povoamento ocupando o papel de eixo de toda a argumentação. Nesse sentido, o estudo da população e sua distribuição na colônia aparecem como essenciais, assim como as divisões administrativas e eclesiásticas vigentes. A história militar emerge nesse contexto como um dos vetores de investigação, com o autor estabelecendo números detalhados das tropas, das fortalezas e do armamento disponível. No contraponto, a história dos tratados e dos limites neles pactuados também adquire relevo.
- 21 Enfim, é a conformação do território herdado da colonização portuguesa que norteia a exposição, constituindo a maior parte deste livro (e dando-lhe uma originalidade em face das outras obras analisadas). Os dois itens finais, referentes ao Brasil independente, não trazem inovações ou acréscimos em relação aos textos anteriores (notadamente a biografia de D. Pedro II), estes com maior detalhamento nos assuntos tratados. A crítica do federalismo reaparece, e também o relato das campanhas no Prata e da Guerra do Paraguai. No geral, a interpretação apresentada do período monárquico

segue o argumento já avaliado, e termina com o mesmo tom apologético: “Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida” (Paranhos, 1992: 131). Sem dúvida, o *Esboço da História do Brasil* vai se tornar, até por seu formato sintético, uma referência para os manuais sobre a matéria, posição que se consolida com a ascensão e consagração de seu autor nas primeiras décadas republicanas. A ótica adotada de construção nacional – pela formação do território (Moraes, 2011) – garante sua ampla difusão no primeiro quartel do século XX.

- 22 Observa-se que num mesmo ano, o derradeiro do regime monárquico no país, o barão do Rio Branco ofertou ao público (por meio de três publicações distintas) a formulação fundamental de sua interpretação histórica e geográfica do Brasil, resultado de uma pesquisa minuciosa em bibliotecas e arquivos que lhe consumiu mais de duas décadas. Deve-se salientar também a intensa atividade epistolar que o colocava em contato com um rol de importantes estudiosos dos assuntos abordados (entre estes, Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu) (Pereira; Felipe, 2008).³⁶ Uma concepção integrada da geografia e da história aproximava-o bastante da perspectiva desenvolvida por este último autor, ao qual – diga-se de passagem – enviava regularmente documentos encontrados na Europa. Foi, em grande parte, o material indicado nos volumes resenhados que serviu de base para as argumentações manejadas posteriormente na prática diplomática, assim como foi a interpretação ali exposta que forneceu a sustentação para os pleitos fronteiriços brasileiros negociados pelo barão nos anos seguintes. Vale manifestar que seus argumentos raramente eram de cunho doutrinário, sendo construídos com base na fundamentação histórica e geográfica.
- 23 O último juízo emitido merece um comentário. É importante observar que nos livros analisados do barão quase inexitem citações de obras de fundamentação teórica ou metodológica (estrito senso).³⁷ As referências bibliográficas apresentadas nos textos, mesmo as impressas, podem ser consideradas como fontes, qualificação que também abarca a cartografia e os quadros estatísticos utilizados. Contrariamente a Joaquim Nabuco (e a toda uma literatura da época)³⁸ que se valia da erudição como estratégia de legitimação das proposições defendidas, Rio Branco era absolutamente econômico na explicitação de seus fundamentos e filiações. No que toca ao campo disciplinar em foco, o único geógrafo clássico citado é Alexandre von Humboldt, e assim mesmo em contextos em que este autor discute temas empíricos. Tal postura torna-se mais interessante quando se avalia que no período de sua longa estada na Europa o conhecimento geográfico estava vivenciando uma forte ebulição e uma grande inovação teórica. Antes de prosseguir na exposição, cabe descrever um pouco esse processo vivido pela geografia europeia no último quartel do século XIX.
- 24 Em 1882, Friedrich Ratzel publicou o primeiro volume de sua obra básica, *Antropogeografia*; quinze anos depois foi editado seu livro mais polêmico, *Geografia Política* (Moraes, 1989).³⁹ Estes trabalhos respondiam a uma conjuntura na qual uma nova repartição do mundo estava em marcha, e onde a ciência (e a geografia, em particular) emergia como importante veículo de legitimação de domínios e de pretensões de domínio territorial. Ao longo dos Oitocentos uma densa rede de sociedades de geografia havia se instalado, fornecendo uma forte estrutura institucional para a difusão de conhecimentos e para o debate disciplinar.⁴⁰ Tal rede funcionava como instrumento de avaliação (refutação ou consagração) de autores, obras, e teorias.⁴¹ Cabe salientar que a maior parte destas instituições tinha por sede o

continente europeu, vendo o resto do mundo como áreas para o exercício de suas práticas exploratórias (Said, 1995). A Conferência Geográfica de Bruxelas, reunida em 1876, e a Conferência de Berlim, de 1884, exprimiam os objetivos do “novo colonialismo” e dos novos arranjos coloniais dos impérios em expansão, traduzindo o desejo de uma nova partilha dos espaços periféricos (Wesseling, 1998; Lejeune, 1993). Mas também os espaços centrais conheciam no período processos de revisão e afirmação de novas fronteiras, alimentados pela emergência de identidades nacionais portadoras de pleitos de autonomia política e autodeterminação. Estes nacionalismos emergentes também tinham suas requisições para a produção geográfica, direcionadas basicamente para a construção simbólica da nação (Anderson, 1993; Hobsbawm, 1990).

- 25 Na França, onde o barão morava a maior parte do tempo e onde se localizava seu círculo de afinidade, esta renovação foi vivida com grande dramaticidade na medida em que a geografia alemã atuava como importante campo de justificativa do expansionismo bismarckiano, que acabara de conquistar uma significativa porção do território francês. É conhecida a interpretação de que foi o contexto da guerra franco-prussiana que estimulou em muito a renovação da geografia, gerando nos dois países em conflito a necessidade de novas teorizações a respeito do território e de seu controle político. A “escola francesa” de geografia – que teve como um dos seus pioneiros sistematizadores Émile Levasseur – estruturou-se como uma contraposição ao pensamento alemão que naturalizava a guerra e acatava a força bélica como fator de domínio legítimo dos espaços. O esforço realizado pelos autores “possibilistas” (conforme os denominou Lucien Febvre [1925]) consistiu inicialmente em tirar o foco da análise geográfica da dimensão política, direcionando-o para o universo da economia e da cultura. No discurso geográfico francês, o tema da apropriação do espaço passou a ser equacionado na ótica da relação entre os grupos humanos e o meio e pelo estudo dos “gêneros de vida”. O comércio veio substituir a guerra, como motor do “progresso” dos povos, na concepção de Vidal de La Blache (1954).⁴² Enfim, uma circularidade que envolvia imperialismo, colonização, nacionalismo, civilização, territorialidade, ciência e negócios, animou a reflexão geográfica no último quartel do século XIX.
- 26 O barão do Rio Branco, frequentador assíduo de bibliotecas e conferências, interessado em história e em atualidade, com certeza não estava alheio a tal movimentação intelectual que ocorria nos ambientes acadêmicos em que circulava. Sua concepção da disciplina em grande parte reiterava os posicionamentos contidos no pensamento possibilista, assim como assimilava – como visto – os temas, o vocabulário e a forma de raciocínio própria à geografia moderna. Entretanto, ele não fornece pistas explícitas de suas leituras ou de suas inclinações teóricas na matéria. Poder-se-ia interpretá-lo a partir dos posicionamentos práticos na diplomacia, imputando filiações e preferências. De sua lavra, não há indicações. Contudo, alguns de seus interlocutores – como Capistrano de Abreu e também Euclides da Cunha – conheciam bem esse debate entre as escolas alemã e francesa de geografia, e comentavam a bibliografia gerada por cada lado.⁴³ Seu parceiro e amigo Levasseur, como posto, era uma figura central nessa polêmica. Em suma, não há como sustentar um alheamento do barão em face da matéria, o que torna mais intrigante seu silêncio a respeito das teorizações contemporâneas no campo da geografia. Contudo, as obras analisadas – seu círculo de amizades, e, mais ainda, sua postura nas questões diplomáticas – permitem identificar

um entendimento favorável ao ponto de vista lablacheano que associava a civilização ao intercâmbio pacífico entre os povos.⁴⁴

- 27 Finalizando esta breve interpretação, vale indagar acerca da relação do barão com outro autor e outra obra paradigmática do período em tela: o livro *Estados Unidos do Brasil* publicado em francês pelo famoso geógrafo Élisée Reclus em 1894 como volume XIX de sua *Nouvelle Géographie Universelle* (Andrade: 1985). Tal obra conheceu uma edição em português em 1900, com “tradução e breves notas” do barão Ramiz Galvão e tendo como anexo o texto “Anotações sobre o Território contestado”, escrito por Rio Branco. A estrutura de apresentação das matérias utilizada por Reclus no volume difere das obras anteriormente analisadas pela divisão regional dos capítulos adotada.⁴⁵ Esta – que pode ser lida como uma também pioneira proposta de regionalização do território brasileiro – usa como critério básico de repartição espacial as bacias hidrográficas. Pode-se considerar que no âmbito de cada uma das oito regiões estabelecidas os assuntos expostos aproximam-se dos tópicos abordados nos livros anteriores, com os três capítulos de síntese enfocando a história, a economia e a política.
- 28 É interessante assinalar que Reclus não cita nenhuma vez a coletânea organizada por Santa-Anna Nery e faz poucas referências ao livro de Levasseur, apesar da ampla literatura revisada no volume em pauta. Por outro lado, os cronistas coloniais são bastante lembrados, assim como os viajantes oitocentistas. Os cientistas brasileiros e estrangeiros que estudaram (ou estavam estudando) o Brasil no século XIX foram as principais fontes utilizadas no trabalho: Cunha Mattos, Saint-Hilaire, Spix e Martius, Couto de Magalhães, Varnhagen, Lund, Agassiz, Beaurepaire-Rohan, Hartt, Barbosa Rodrigues, Derby, Teodoro Sampaio, Fritz Muller, Loeffgren, Ihering, H. Florence, Taunay, entre outros. Dos autores que escreveram nas obras já discutidas, ele cita Gorceix, Cruls, Morize, Favilla Nunes e Eduardo Prado, além do barão do Rio Branco (porém, somente os dois últimos em textos do *Le Brésil*). Na verdade, Reclus se remete a Eduardo Prado em duas ocasiões, numa delas a “notas manuscritas”, e noutra ao texto da coletânea citada (“Língua e Literatura”).⁴⁶ Quanto ao barão do Rio Branco, são três as menções a seus escritos no corpo do texto: uma se referindo a “notas manuscritas”, e duas a capítulos do *Le Brésil* (“O governo e a administração” e “A Imprensa”).⁴⁷ De todo modo, estes últimos autores não podem ser indicados como de forte influência na interpretação apresentada no *Estados Unidos do Brasil*, em comparação com outros já mencionados. No geral, ele enfatizou mais os estudos também de corte regional na redação do livro. Vale registrar, contudo, que Élisée Reclus e o barão do Rio Branco se conheciam e trocavam correspondência.
- 29 Por fim, resta comentar o anexo da edição em português: “Território Contestado Franco-Brasileiro”. Trata-se de um texto sucinto (de 11 páginas, face às 469 do livro), no qual o barão apresenta dados históricos da ocupação da Amazônia setentrional, lembrando que nessa região os embates do colonizador lusitano ocorreram – no período colonial – mais com expedições inglesas e holandesas do que com agentes oriundos da França. Salienta que o tratado de Utrecht, de 1713, havia normalizado a matéria em termos reafirmados no congresso de Viena em 1815. Conforme a argumentação de Rio Branco o contencioso dessa fronteira havia sido recolocado pela violação do pactuado pelo monarca francês Luis Philipe, que em 1836 ergueu uma fortificação (desalojada em seguida) na zona qualificada como “neutra” nestes documentos.⁴⁸ Ele lembra também – com um tom irônico – o episódio da tentativa de implantação do “Estado independente do Cunany”, criado por um “honrado geógrafo

de Vanves, transformado subitamente em chefe de um Estado de nome até então desconhecido”, o qual “durou pouco, alguns meses” (Reclus, 1900: 477).⁴⁹ Quanto aos levantamentos da área, ele questiona a primazia dos estudos de Coudreau, apontando que o barão de Ladário já havia feito inventários entre 1858 e 1861 na região, acompanhado por Emilio Goeldi. E contesta diretamente algumas afirmações de Reclus, como, por exemplo, a referente à foz do rio Araguay.⁵⁰ Uma breve explicação etnográfica sobre a população regional fecha o texto, novamente ironizando a imputação de uma nacionalidade autodeclarada dos índios da região.⁵¹

- 30 Este adendo ao texto do livro *Estados Unidos do Brasil* na edição brasileira é perfeitamente compreensível, em face da conjuntura de disputa territorial entre a França e o Brasil no momento de sua publicação, cabendo lembrar que o litígio se encontrava então sob a arbitragem do governo suíço. E os autores, mantendo um razoável *fairplay*, representavam os campos antagônicos na contenda. Todavia, mais que os matizes nacionais (fundamentais na ótica do barão), é importante assinalar que esse não era o único ponto de antagonismo filo-político entre o geógrafo francês e o barão do Rio Branco, pois enquanto este perfilava com um posicionamento monarquista (com forte apelo ao liberalismo inglês), Reclus era um entusiasta defensor das ideias anarquistas⁵² (apesar de sua consagração no ambiente acadêmico europeu).⁵³ Tais contraposições não impediram que os dois autores mantivessem uma cooperação intelectual, trocassem correspondência e mesmo manifestassem certo apreço pessoal.⁵⁴ Na verdade, este relacionamento mereceria uma análise mais profunda, resenhando a produção epistolar. Aqui vale ressaltar que a afinidade disciplinar parece ter se sobreposto a outras divergências de concepção.
- 31 Terminando a presente análise, pode-se tomar emprestadas algumas conclusões que Maria Alice Resende de Carvalho desenvolveu estudando André Rebouças, para aplicá-las na interpretação da postura político-teórica acerca do Brasil adotada pelo Barão do Rio Branco (seu contemporâneo) no período aqui estudado. Considera a autora que o cientificismo representou um discurso de acomodamento, no qual as noções de progresso e de aperfeiçoamento (ou de civilização e evolução) acabam “convertendo-se em um programa moderado de auto reforma do Estado imperial” (Carvalho, 1998: 132/150).⁵⁵ Ela considera que Rebouças sofreu a influência do “moderantismo reformista” de Joaquim Nabuco e do “territorialismo estratégico” do visconde de Taunay (Carvalho, 1998: 232). Como visto, Rio Branco transitava exatamente nesse grupo de afinidades, tendo nos autores citados alguns de seus mais frequentes interlocutores. A monarquia parlamentar (vista como “a mais racional solução do problema nacional”, nas palavras de Rebouças), e o apreço pelo monarca, atuavam como chave da identidade desse agrupamento. Na carta em que comunica a Nabuco a aceitação do convite para assumir o ministério num governo republicano, o barão afirma: “o que precisamos é de fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional”. Na resposta, ouve do futuro embaixador em Washington: “Vá com a ‘unidade nacional acima de tudo’. Você terá uma chave mágica para entrar e sair em todas as questões” (Lins, 1954: 278).
- 32 Tem-se, assim, o território concebido como chave da nacionalidade (e da continuidade nacional), cuja manutenção integral é posta como objetivo primeiro de atuação do Estado. Numa visão tradicional, bem exposta pelo marques de São Vicente: “o território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a

indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência” (Moraes, 2004). O território era visto, por tanto, como a grande positividade do país, a garantia de um radioso futuro, tal como proclamado pelo barão, e tal como constava do pioneiro programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: “tudo enfim pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo”.⁵⁶ A geografia material e o conhecimento geográfico se plasmam, nessa tradição – da qual o barão foi um forte representante – na definição do destino nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Alonso, Angela (2002). *Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo, Paz e Terra.
- Amaral, Marcio Tavares do (2001). *Barão do Rio Branco. Coleção A Vida dos Grandes Brasileiros*. São Paulo, Isto É.
- Andrade, Manuel Correia de (1985). *Élisée Reclus. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo, Ática.
- Anderson, Benedict (1993). *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Anderson, Benedict (2008). *Bajo Tres Banderas. Anarquismo e imaginación anticolonial*. Madri, Akal.
- Barão de Rio Branco (1900). “Território Contestado Franco-Brasileiro”. Reclus, Élisée. *Estados Unidos do Brasil. Geographia, Ethnographia, Estatística*. Rio de Janeiro, H. Garnier.
- Brunhes, Jean (1911). “Obituary: Émile Levasseur”. *The Geographical Journal*, vol. 38, nº 4, pp. 437-439.
- Capel, Horacio (1977). “Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad de geógrafos”. *Geocrítica*, nº 8-9, pp.1-58.
- Carneiro, João Paulo J. Andrade (2011). *Frederico José de Santa-Anna Nery e a representação geográfica do Brasil na Europa (1874-1901). Relatório de Qualificação para Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH, USP*.
- Carvalho, Maria Alice R. de (1998). *O Quinto Século. André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan; IUPERJ.
- Claval, Paul; Nardy, Jean Pierre (1968). *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de La Blache. Etudes d'histoire de la géographie*. Paris, Les Belles Lettres, 1968.
- Correia, Pedro de Pezarat (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra, Almedina.
- Correia Filho, Virgílio (1945). “A geografia como fator das vitórias do Barão do Rio Branco”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 7, nº 2, pp.261-303.
-

- Escolar, Marcelo (1996). *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo, Hucitec.
- Febvre, Lucien (1925). *La Tierra y la Evolución Humana*. Barcelona, Cervantes.
- Ferreira, Gabriela N.; Fernandes, Maria Fernanda L.; Reis, Rossana R. (2010) “Le Brésil em 1889: Um País para Consumo Externo”. *Revista Lua Nova*, nº 81, pp.75-113;
- Foot Hardman, Francisco (1988). *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Hobsbawm, Eric (1990). *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lejeune, Dominique (1993). *Les sociétés de géographie en France et l’expansion coloniale au XIX^e. siècle*. Paris, Albin Michel.
- Lencioni, Sandra (1999). *Região e Geografia*. São Paulo, Edusp.
- Levasseur, Émile, *et al.* (1889). “Le Brésil”. *La Grande Encyclopédie*, Paris, H. Laumirault.
- Lins, Álvaro (1954). *O Barão do Rio Branco, 1845-1912*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Machado, Lia Osório (1995). “Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: Meio Tropical, Espaços Vazios e a Ideia de Ordem (1870-1930)”. Castro, Iná Elias, *et al.* *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, pp.309-352.
- Mary, Cristina Pessanha (2010). *Geografias Pátrias. Portugal e Brasil 1875-1889*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Miyahiro, Marcelo (2011). *O Brasil de Élisée Reclus: território e sociedade em fins do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- Moraes, Antonio Carlos R. (1989). *Ratzel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, Ática.
- Moraes, Antonio Carlos R. (2004). *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- Moraes, Antonio Carlos R. (2006). *Geografia. Pequena História Crítica*. 20^a ed., São Paulo, Annablume.
- Moraes, Antonio Carlos R. (2011). *Geografia Histórica do Brasil*. São Paulo, Annablume.
- Mossé, Benjamin (s/d). *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo, Edições Cultura Brasileira.
- Paranhos, José Maria da Silva. *Barão do Rio Branco* (1992). *Esboço da História do Brasil*. Brasília, FUNAG; IPRI.
- Peixoto, Renato Amado (2005). *A Máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IFCH, UFRJ, 2005.
- Pereira, Daniel M.; Felipe, Eduardo F. (2008). “Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu e o Barão do Rio Branco (1886-1903)”. *Revista Brasileira de História* vol. 28 nº 56, pp.487-506.
- Pereira, Renato B. Rodrigues (1945). “O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 7, nº 2, pp.187-244.
- Ramirez Palacios, David (2010). *Élisée Reclus e a Geografia da Colômbia: cartografias de uma intersecção*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP.
- Reclus, Élisée (1900). *Estados Unidos do Brasil*. *Geographia, Ethnographia, Estatística*. Rio de Janeiro, H. Garnier.
- Said, Edward (1995). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

- Sanjad, Nelson (2010). *A Coruja de Minerva. O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília; Belém; Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Museus; Museu Goeldi; Fiocruz; 2010.
- Santos, Milton (1978). *Por uma Geografia Nova*, São Paulo, Hucitec.
- Schwarcz, Lília Moritz (1993). *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Sevcenko, Nicolau (1983). *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
- Sousa Neto, Manoel Fernandes de (2012). *Planos para o Império: os planos de viação do 2º Reinado 1869-1889*. São Paulo, Alameda.
- Viana Filho, Luís (1996). *A vida do Barão do Rio Branco*. Brasília, Senado Federal; FUNAG.
- Vidal de La Blache, Paul (1954). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa, Cosmos.
- Wesseling, Henk L. (1998). *Dividir para dominar: a partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro, Revan; UFRJ.

NOTAS

1. Os termos “corologia” e “corografia”, muito utilizados no século XIX, foram abandonados, sem que outros ocupassem o seu lugar (sobre o uso destas denominações, ver: Peixoto, 2005, capítulo 6). Milton Santos (1978) chegou a propor o termo “espaçologia” para o segundo conteúdo.
2. Como sugerido por Virgílio Correia Filho (1945) e Renato B. Rodrigues Pereira (1945).
3. O próprio Levasseur (*et al*, 1889, p.VIII) assume claramente essa colaboração, ao dizer, na “Apresentação” do volume, que Rio Branco “não é somente o autor dos capítulos sobre a imprensa e as belas artes, e da maior parte dos capítulos de história e antropologia, e colaborador daqueles sobre a administração e a imigração, mas, pelas pesquisas de erudição às quais é dedicado, pelas numerosas notas que redigiu, pela correção das provas que realizou, ele tem uma grande parte na composição de todo o trabalho”.
4. Dos 31 capítulos do volume, 13 foram redigidos individualmente por Levasseur, 6 foram feitos em parceria com o barão do Rio Branco e mais 2 foram escritos pelos dois em parceria com o barão de Ourém. Rio Branco, sozinho, escreveu 3 capítulos, e um é assinado junto com Zaborowski. O Barão participou, assim, da redação de 13 capítulos, além da nota sobre “A Casa Imperial do Brasil”, de sua autoria publicada em anexo.
5. Ver: Claval; Nardy, 1968, especialmente a 2ª parte: “Levasseur, Geographe”.
6. Entre as obras mais conhecidas de Émile Levasseur, destaca-se: *Histoire des classes ouvrières en France (1859-1867)*, *La Population Française (1889-1892)*, e o *Grand Atlas de Géographie Physique e Politique (1890-1894)*.
7. Ver também o necrológio redigido por Vidal de La Blache em Claval; Nardy, 1968).
8. Além dos autores citados, reuniam-se com frequência na casa de Eduardo Prado, entre outros Santa Anna Nery, Eça de Queiroz, Ramalho Urtigão, Joaquim Nabuco.
9. Nesse sentido, estes três capítulos (o primeiro escrito por P. Maury e os seguintes por E. Trouessart) aproximam-se mais da abordagem de H. Gorceix no capítulo sobre a geologia. Os outros capítulos até aqui comentados aparecem como redigidos individualmente por Levasseur.
10. Criticam, citando Saint-Hilaire (apud Levasseur, *et al*, 1889: 33) o “sistema federalista”, que poderia romper os “ainda frágeis laços da unidade” do império.
11. Os autores concluem esse capítulo com as seguintes palavras: “Ao longo de quarenta anos, o Brasil, pacificado no interior, fez grandes esforços, sob a direção do imperador D. Pedro II, para

difundir a instrução, para elevar o nível de ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento de linhas de navegação e pelos favores oferecidos aos imigrantes” (Levasseur, *et al*, 1889: 35).

12. Eles destacam a necessidade de diferenciar a população urbana e a rural, procedimento não adotado no recenseamento citado. Dizem os autores que o conhecimento estatístico é fundamental para a “boa administração” (Levasseur, *et al*, 1889: 38).

13. Vale reproduzir uma afirmação desse último texto: “No que concerne ao direito público internacional, o Brasil, fazendo parte da comunidade das nações civilizadas, utilizou sempre nas suas relações com as potências estrangeiras, em tempos de paz e em tempos de guerra, os princípios do direito das gentes europeu, como regulador de seus direitos e de seus deveres” (Levasseur, *et al*, 1889: 49).

14. Ele retoma as críticas ao recenseamento de 1872, qualificado como bastante “defeituoso”, apresentando valores “inferiores à realidade” demográfica do país. Comenta que outro censo está programado para 1890 (Levasseur, *et al*, 1889: 50).

15. Eles justificam o otimismo desse juízo com o fato de um descendente de alemães já haver chegado a Câmara dos Deputados como representante da província de Santa Catarina (Levasseur, *et al*, 1889: 52).

16. Nas palavras de Eduardo Prado: “A história e a geografia do Brasil fizeram grande progresso com as obras de F. A. Vanhagen (...) os estudos de Caetano da Silva, C. Mendes de Almeida [...] e, mais recentemente, do barão Homem de Mello, Capistrano de Abreu, Alencar Araripe, Teixeira de Mello, Ramiz, Duarte Pereira, Vale Cabral e Cesar Marques”; e completa: “Accioli é o melhor dos cronistas modernos do Brasil. Macedo foi sobretudo um vulgarizador da história do seu país” (Levasseur, *et al*, 1889: 59).

17. As citações são da obra de Émile Levasseur, *et al*, 1889: 68. Não deixam de assinalar que o Brasil produz alguns produtos industriais “comparáveis sem desvantagens nas exposições internacionais aos produtos da Europa”, acrescentando, porém, que as fábricas existentes não são suficientes para o consumo.

18. Em capítulo anterior haviam dito: “O deslocamento dos negócios, a extensão das culturas do café, a substituição de trabalhadores e domésticas pelos escravos, fizeram necessário uma quantia maior de numerário no Brasil” (Levasseur, *et al*, 1889: 73).

19. Levasseur (*et al*, 1889: 77) sintetiza seu juízo sobre a atualidade brasileira de então: “é agora que ele usará todas as vantagens com que a natureza dotou seu imenso território”.

20. Na rubrica geografia destacamos os seguintes autores citados: Aires de Casal (*Corografia Brasileira*), Pompeu de Souza Brasil (*Compêndio Elementar de Geografia*), Wappaeus (*Geografia Física do Brasil*), Capistrano de Abreu e Valle Cabral (*A Geografia Física do Brasil*), Moreira Pinto (*Dicionário Geográfico do Brasil*), Barão Homem de Mello (*Excursões Geográficas*), E. Mouchez (*Les Cotes du Brésil*), Mendes de Almeida (*Atlas do Império do Brasil*), Charles Hartt, Norberto de Souza, Favila Nunes (*A população, território e representação nacional do Brasil*), Santa Anna Nery (*Le Pays des Amazonas*). Em outros assuntos, mas interessando a bibliografia disciplinar, lista-se: A. Humboldt (*Cosmos e Voyage aux régions équinoxiales*), Gonçalves Dias (*Brasil e Oceania*), Silvio Romero (*Etnologia Selvagem*), Santa Anna Nery (*Folk-lore bresilién*), entre outros.

21. Benjamin Mossé, se apresenta na contracapa do livro como “Oficial da Instrução Pública”. Luís Viana Filho (1996: 130) o identifica como “rabino em Avinhão”, que teria sido contratado pelo conde de Nioac para escrever um livro para a comemoração do jubileu do reinado de D. Pedro II. Segundo este autor (Vianna Filho, 1996: 131), dado o desconhecimento da matéria por parte de Mossé, com a revisão efetuada, Rio Branco foi “transformado paulatinamente no verdadeiro autor da biografia”.

22. Em outra passagem, Mossé (s/d: 269) vai defini-lo como “um rei popular [...] que pode estar sozinho, sem perigo algum, no meio da multidão dos seus súditos”. E cita Joaquim Nabuco: “Feliz

esse príncipe adorado pelo povo” (Mossé, s/d: 272). Ao longo do livro são citados, elogiando o monarca, conhecidos e variados personagens: Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Dumas Filho, Darwin, Pasteur, Gladstone, Mitre, Alexandre Herculano, entre outros. [Há duas edições da obra de Benjamin Mossé traduzidas para o português: em 1890 e 1929. Na falta de indicação aqui, preferiu-se apontar “sem data” s/d – nota do editor].

23. Nas palavras do autor: “O Brasil é um dos mais vastos impérios do mundo. Do ponto de vista da extensão territorial, vem depois do Império Britânico, da Rússia, da China e dos Estados Unidos da América do Norte” (Mossé, s/d: 47), sendo 16 vezes maior que a França. E completa: “É o Brasil um belo país, cheio de riquezas naturais, que para serem inteiramente exploradas, só aguardam capitais e o trabalho humano... Seu solo é de uma fertilidade incomparável” (p.50).

24. Diz ele que “a descentralização administrativa é largamente aplicada no Brasil”. Acrescentando que “desde 1834 é o Brasil uma verdadeira federação”, com um modelo que “se aproxima bastante da federação imperial britânica” (Mossé, s/d: 54).

25. Mossé (s/d: 81) fala da escravidão como “triste legado da barbárie”. Cita Torres Homem que considerou a abolição “o acontecimento... mais considerável do reinado de D. Pedro II, ao mesmo tempo que um dos mais gloriosos deste século” (p.228).

26. [O autor] recoloca a mesma citação já vista de Saint-Hilaire sobre os perigos do “sistema federal” para a unidade brasileira (Mossé, s/d: 30). E conclui: “Ao unitarismo pertencerá sempre a vitória final” (p.82).

27. Mossé (s/d: 34) fala dos “atos de banditismo e ferocidade” da Cabanagem, e qualifica a Sabinada e a Farroupilha como “revoluções políticas, republicanas e separatistas”.

28. Afirma o autor: “O grande imperador, tão devotado à civilização do seu povo, seguiu sempre, nas relações externas, uma política leal e pacífica” (Mossé, s/d: 92). E adiciona que “o militarismo não domina em seu país, como na Europa civilizada” (p.101). Destaca ainda a presença brasileira em arbitragens internacionais (p.102).

29. Vale reproduzir as opiniões de Agassiz (*apud*, Mossé, s/d: 116) acerca da Guerra do Paraguai: “o povo brasileiro deve ser olhado como o porta bandeira da civilização” e “o Brasil, nessa luta, merece a simpatia do mundo civilizado”.

30. O autor comenta que a Inglaterra só proibiu a escravidão em seus territórios coloniais em 1838, e que a França só adotou tal posição em 1848 (Mossé, s/d: 153).

31. O “banquete comemorativo da emancipação dos escravos” foi realizado em 10 de julho de 1888, sendo presidido pelo deputado francês Victor Schoelcher, famoso militante antiescravista, o qual colocou a Lei de Treze de Maio como “mais uma vitória da civilização sobre a barbárie” (Mossé, s/d: 236). Compareceram ao evento, o presidente do senado, ministros, deputados e intelectuais. Emile Levasseur era um dos presentes. O agradecimento em nome dos brasileiros foi feito por Santa-Anna Nery (p.241).

32. A questão da indenização é avaliada como “imoral” e o argumento do valor subtraído na abolição equivocado, na medida em que os escravos pagaram em muito seu custo com o trabalho realizado. O autor elenca os países que aboliram a escravatura sem pagar qualquer compensação aos proprietários, lembrando que “a grande maioria dos brasileiros não possuía mais escravos” (Mossé, s/d: 221-222/225).

33. Sobre este personagem, ver: Carneiro (2011). Lembra o autor que Levasseur escreveu uma carta elogiosa, usada como prefácio por Santa-Anna Nery em seu livro *Le Pays des Amazonas*, publicado em 1885.

34. Segundo a apresentação do volume, Eduardo Prado e Santa-Anna Nery, estimulados por Amédée Prince, apelaram aos brasileiros residentes em Paris e às câmaras de comércio para constituir um comitê organizador da participação do Brasil no evento, o que se objetivou em 14/03/1888. O imperador teria apoiado a iniciativa, e Antonio da Silva Prado – então Ministro dos Negócios Estrangeiros (no texto aparece como “Trabalhos Públicos”) – assumiu a proposta, encaminhando-a ao Senado, que aprovou uma subvenção de “trezentos contos” como auxílio aos

trabalhos. O comissário oficial do Brasil na Exposição foi o senador Visconde de Cavalcanti, e o cargo de coordenador da comissão editorial foi ocupado pelo conselheiro R. E. de Souza Dantas. Vale ressaltar que as exposições internacionais representavam um “mosaico ilusionista das curiosidades nacionais”, apresentando o “mistério de territórios exóticos, a magia das artes mecânicas”, e participar delas era uma forma de afirmação dos Estados, pois – no contexto da época – “progresso é sinônimo de ser conhecido, de ser aceito no rol dos países civilizados” (Foot Hardman, 1988).

35. As autoras concluem que, mesmo sendo a exposição “um lugar privilegiado para garantir ao Brasil seu lugar de direito entre os povos civilizados”, “a identidade brasileira que emerge desses textos é, paradoxalmente, uma identidade europeia” (p.78). Segundo elas, nessa exposição – mudando o tom com relação a eventos anteriores – visava-se apresentar o Brasil moderno, como uma terra de futuro, tendo como meta básica atrair emigrantes.

36. Álvaro Lins (1954: 172) comenta que o barão organizou uma rede de interlocutores: além de Capistrano, o barão Homem de Melo no Rio de Janeiro, Assis Brasil em Lisboa e, ainda, João Lucio de Azevedo, Pedro Américo na Itália, entre outros.

37. O que não significa desconhecimento, pois em suas cartas e discursos aparecem referências a uma rica bibliografia clássica: Grotius, Hobbes, Puffendorf, Kant, Feuerbach, Fichte, entre outros (Lins, 1954: 707-708).

38. O uso de argumentação erudita aparece como estratégia geracional ampla, sendo bastante utilizada por Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa, entre outros. Um quadro sociológico dessa geração pode ser obtido em Alonso (2002). Para o contexto cultural da época, ver Sevckenko (1983).

39. A partir das formulações ratzelianas, Rudolf Kjellén propõe a “geopolítica” em 1899, mesmo ano em que foi criada a Oxford School of Geography, cujo diretor era Halford Mackinder, conhecido por sua obra *The Geographical Pivot of History* (publicada em 1904). Cerca de dez anos antes, o almirante Alfred Mahan havia publicado *The Influence of Sea Power upon History* em 1890. Para uma história dessa tradição, ver Correia (2010).

40. No decorrer deste século, 130 sociedades de geografia foram fundadas, seguindo o modelo das pioneiras: Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830). Vale observar que nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1838, perfila-se entre as mais antigas agências congêneres, sendo bem anterior, por exemplo, que a *American Geographical Society*, de 1852. Foi no último quartel do XIX que tal processo se difundiu com maior ímpeto: só em 1875 foram inauguradas a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade *Kedival* do Cairo, e a Sociedade de Geografia Romena. Sobre o tema, ver Capel (1977).

41. O barão do Rio Branco e o barão de Santa-Anna Nery eram sócios da *Royal Geographical Society*, entre outras associações. Outro brasileiro, o barão de Teffé foi eleito sócio correspondente da prestigiada Academia de Ciências de Paris, “deixando para trás concorrentes do porte do explorador Savargnan de Brazza e do explorador português Serpa Pinto”, o “herói” da travessia da África (Mary, 2010).

42. A discussão sobre o “caráter geográfico do progresso” aparece no capítulo VI “A evolução das civilizações”.

43. Pereira; Felipe (2008: 495) apontam a influência ratzeliana no pensamento de Capistrano de Abreu, no juízo, por exemplo, de que a civilização pressupunha que a sociedade se tornasse sedentária.

44. Em artigos para o jornal *A Nação*, em 1872, critica o “militarismo alemão”, na época recém triunfante nos embates bélicos com a Áustria, a Dinamarca e a França (Rio Branco, *apud* Lins, 1954: 96). Ali ele também defende uma orientação não imperialista para a política externa brasileira, em suas palavras: “território temo-lo de sobra” (p.112). Posição que manteve ao longo, tanto que em seu último discurso, no Clube Militar, diz: “Só nos lançamos a lutas no exterior

quando provocados ou quando invadido nosso território (...). Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista” (p.689).

45. A saber: 1 – Vista geral (expondo a história do Brasil); 2 – Amazônia; 3 – Vertente do Tocantins; 4 – Costa equatorial (do Maranhão até Alagoas); 5 – Bacias do São Francisco e vertente oriental dos planaltos (abarcado Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Sergipe); 6 – Bacia do Paraíba; 7 – Vertente do Paraná e contra vertente oceânica; 8 – Vertente do Uruguai e litoral adjacente; 9 – Estado social e material da sociedade brasileira; 11 – Governo e Administração (Reclus, 1900).

46. Reclus, 1900: 337/26. Em sua estada no Brasil, no ano de 1893, Reclus teria viajado pelo interior do estado de São Paulo guiado por Eduardo Prado (Miyahiro, 2011).

47. Reclus, 1900: 32/456/465. A primeira referência diz respeito à origem da denominação “arraial” (utilizada nas áreas mineradoras), a segunda à imprensa no Brasil, e a terceira sobre o número de efetivos militares mobilizados pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai.

48. Barão do Rio Branco, 1900: 476. À leitura de Reclus, o barão do Rio Branco contrapõe a interpretação de Émile Levasseur quanto à “zona neutra”. Em carta ao barão de Ourém ele confidencia que Levasseur fez uma “exposição favorável ao Brasil” ao discutir a fronteira com a Guiana Francesa (Viana Filho, 1996: 134).

49. Diz com ironia que em pouco tempo “o Estado independente do Cunany tinha desaparecido” (p.477). Sobre este episódio, pode-se consultar Sanjad, 2010: 301-306.

50. Nos termos de Rio Branco, no caso: “Esta informação, aceita sem exame, pelo douto E. Reclus, não é exata” (Barão do Rio Branco, 1900: 478). Os textos de Coudreau datam de 1885, 1886 e 1890 (Carneiro, 2011: 54).

51. Em suas palavras: “Pode-se dizer que nestas minúsculas comunidades somente a unanimidade tem força de lei. Os funcionários são nomeados e demitidos por aclamação nas assembleias públicas” (Barão do Rio Branco, 1900: 481).

52. David Ramirez Palacios (2010) apresenta uma interessante biografia política desse autor. Cabe destacar que o presidente francês, Sadi Carnot, havia sido assassinado em Lion, em 1894, por um militante anarquista (Anderson, 2008: 72/81).

53. Vale lembrar que em 1872, logo, um ano após a Comuna de Paris, ele assinou um grande contrato com a editora Hachette para escrever a *Nouvelle Géographie Universelle*. Em 1892 Reclus recebeu a medalha de ouro da *Société de Géographie de Paris*, e no ano seguinte da *Royal Geographical Society*.

54. Marcelo Miyahiro (2011: 54/57) cita algumas cartas de Reclus ao barão e comenta que em sua visita a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ele o agradece, pois “colocou a minha disposição os mapas, os documentos, os álbuns que ele possuía”. Álvaro Lins (1954: 219) também aponta a relação entre os autores, e afirma que foi Reclus quem indicou Rio Branco para “sócio correspondente” da *Royal Geographical Society*. Em sua opinião, o barão “era o conselheiro de Levasseur e de Reclus em assuntos americanos” (p.175).

55. E adiciona a autora: “A convicção quanto ao papel do governo monárquico-burocrático como guardião da ordem e como ponto de equilíbrio entre as forças antagônicas e centrífugas que ameaçavam a prosperidade do país, aliada a certeza da fabilidade das instituições parlamentares em um território onde imperava a heterogeneidade da classe senhorial, resume a forma pela qual as elites modernizadoras brasileiras puderam perceber uma das vias de desenvolvimento econômico e de afirmação internacional das regiões de industrialização tardia” (1998: 210).

56. Diz Rio Branco no discurso de abertura da 3ª. Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro, em 1906: “A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e, a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população, dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa” (Amaral, 2001: 211).